



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Sociologia da Educação

Sinop, v. 9, n. 3 (25. ed.), p. 1280-1304, nov./dez. 2018

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

SEÇÃO ENTREVISTA

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE RUPTURA

ANA PAULA HEY

Para este número da **Revista Eventos Pedagógicos** foi convidada a professora da Universidade de São Paulo (USP) Dra. Ana Paula Hey, por tratar-se de pessoa referência da área da Sociologia da Educação no Brasil, com trânsito em diversos países e linhagens sociológicas, somados à vasta experiência acadêmica e simpatia ímpar.

A entrevistada é Professora Doutora no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Foi professora visitante na *Middlesex University* (Londres) e na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris). Tem pós-doutorado em Sociologia pelo *King's College London* (2015-16). É doutora em Sociologia da Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2000-2004), com estágio de pesquisa na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris/França (2001-2004). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia das Elites, do Poder e da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: elites acadêmicas/científicas, elites e Estado, espaço acadêmico brasileiro, campo do poder brasileiro, pensamento social, produção acadêmica, educação superior.

É autora, entre outros, do livro **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil** (EdUFSCar, 2008) e organizadora do **Vocabulário Bourdieu** (Autêntica, 2017), além de ter vasta publicação de artigos em livros e em revistas nacionais e internacionais. Foi responsável pela criação do Laboratório de Ensino de Sociologia da Universidade de São Paulo, promovendo, ainda, uma profunda oxigenação da ciência no Brasil.

A professora nos recebeu em sua residência na capital paulista no mês de setembro de 2018, onde entre cafés e risadas, nos agraciou com esta entrevista,



passeando por diversas questões atinentes à Sociologia da Educação. Optamos, assim, por manter o tom mais coloquial da conversa, preservando a forma direta do discurso.

Esperamos que a leitura seja tão rica quanto à conversa *tête-à-tête!*

Luísa Helena Marques de Fazio

1 – Luísa Helena Marques de Fazio: A senhora tem desenvolvido um projeto de pesquisa com o título “A Sociologia da Educação no Brasil no período 2002-2017” e esse compõe um trabalho mais amplo e importante que envolve nomes como de Sergio Miceli e Carlos Benedito Martins. Então, olhando esse período que o estudo pretende cobrir, a senhora diria que a Sociologia da Educação tem mudado seus temas de estudo? Se sim, quais seriam os principais fatores a influenciar nessa mudança de temas na Sociologia da Educação entre 2002 e 2017?

Ana Paula Hey: Primeiramente, agradeço a oportunidade de conceder essa entrevista para expor alguns aspectos da Sociologia da Educação hoje. Várias questões são aqui colocadas: a primeira delas é o seguinte, esse projeto do que seria a Sociologia da Educação no Brasil nesse período, os últimos 15, 16 anos, na verdade é um convite dos professores Sergio Miceli e Carlos Benedito Martins, porque eles organizam o livro **Sociologia Brasileira hoje**. São recenseamentos encomendados aos autores das principais áreas no âmbito da Sociologia e, obviamente, que a Sociologia da Educação entra como uma grande área, uma vez que compõe a própria história da Sociologia como disciplina acadêmica no Brasil. Então, acredito que todos os recenseamentos no âmbito da Sociologia da Educação demonstram como a Sociologia no Brasil se institui, do ponto de vista acadêmico, pela própria Sociologia da Educação e como ela sempre constitui um tema recorrente. Só que nessa ideia do tema recorrente, ela tem idas e vindas, altos e baixos. A questão educacional é forte no âmbito societário, seja do ponto de vista da organização social, da discussão política ou do debate econômico. Quando há um recrudescimento da questão educacional nesses aspectos políticos e econômicos, há também o recrudescimento da Sociologia da Educação. Isso, em grande parte, é em decorrência do próprio papel da Sociologia da Educação e do seu grau de autonomia, ou seja, em relação a como e quanto ela pode ser uma disciplina

científica ou como precisa se sujeitar, por exemplo, a objetos ou discussões conjunturais que a obrigam a se voltar para entender o sistema, para interpretar a organização de ensino etc, geralmente dando respostas a políticas públicas. Então, a Sociologia da Educação é bastante complexa nesse sentido, porque acaba muito sujeita ao Estado, porque não tem como se pensar em educação nos sistemas modernos, mais precisamente, nos sistemas contemporâneos e isso do ponto de vista mundial, sem refletir sobre a dependência dos sistemas educacionais da questão do Estado. É o Estado quem organiza o sistema de ensino, então essa dependência do Estado também gera, de certa forma, a heteronomia da própria disciplina acadêmica da Sociologia da Educação em relação às conjunturas que se têm do ponto de vista da própria organização do Estado e, sobretudo, da política em relação à organização do Estado. Esse panorama da Sociologia da Educação, só reforçando, ela é uma disciplina recorrente no âmbito da Sociologia, sempre presente nesse âmbito, mas também muito correlacionada aos aspectos mais gerais que extrapolam a esfera científica, a vida universitária. Acho que tem esse aspecto. O convite dos professores Sergio Miceli e Carlos Benedito Martins que nos¹ foi feito é interessante porque abrange aspectos que estão sendo discutidos no interior das Faculdades de Educação, mas também posso abordar questões que são mais presentes no interior da própria Sociologia. Porque um aspecto que caracteriza também a Sociologia da Educação é essa divisão entre o que é produzido no âmbito da Faculdade de Educação, e aquilo que é feito no domínio da Sociologia, dos departamentos de Sociologia. Isso não é assim tão banal, porque ao longo do tempo essa diferença institucional que deveria ser banal, simplesmente porque uma disciplina científica não deve estar sujeita a uma divisão burocrática, essa divisão institucional acaba interferindo muito nos aspectos em relação a quais são os objetos da Sociologia da Educação, quais são os métodos utilizados etc. Há uma diferença, por exemplo, que se observa ao longo do tempo e que agora nesse nosso levantamento já estamos percebendo certa mudança, relativa a como, tradicionalmente, a Faculdade de Educação cuida muito mais dos aspectos ligados ao que seria a Educação Básica, o que envolve a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e como os departamentos de Sociologia se voltam

¹ O texto foi escrito em conjunto com a profa. Ana Maria Almeida – professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

muito mais para a educação superior, a pós-graduação e a ciência. Ou seja, teria uma divisão aqui quase que voltada à divisão do ensino, de como que ele é hierarquizado, o que ele cristaliza sendo refletido no âmbito dos estudos da Sociologia da Educação. Tem-se observado que está acontecendo o movimento já de quase, digamos assim... não diria quebra, porque ainda é muito forte, ainda acho que é muito precoce para falar, mas já está tendo um movimento da Faculdade de Educação se voltar para objetos que, usualmente, eram muito mais estudados no âmbito do departamento de Sociologia e tais departamentos também se voltando para aspectos ligados à Educação Básica, formação de professores, perfil do alunado, métodos de ensino, que não consistiam em objetos estudados nestes departamentos de Sociologia. Acredito que tem diferenças aqui em como a Sociologia está se comportando em relação ao seu próprio objeto ou se voltando a questões relativas à educação. Quer dizer, educação não é simplesmente escolaridade ou sistema de ensino, pois envolve também essa relação ampla com os aspectos da estrutura social, então talvez se reforçar um pouco esses pontos faz com que essa ruptura possa acontecer nos próximos anos. Tem outro fator ainda que está envolvendo esses deslocamentos e isso, não se pode esquecer, de certa forma modifica um pouco os temas da Sociologia da Educação, que são as discussões de desigualdade e como elas são ao longo do tempo refletidas no interior do sistema de ensino. Acho que uma forma de entender isso, a ideia de como a desigualdade se reflete no sistema de ensino e como o sistema de ensino também reforça essas desigualdades, é ainda o que caracteriza muito o âmbito da Sociologia brasileira e da Sociologia Internacional. Então não é simplesmente ver como a desigualdade aparece e se materializa no interior do sistema, mas também como um sistema produz tais desigualdades. Eu acho que essa é a forma contemporânea de um grande objeto da Sociologia da Educação. A Sociologia da Educação engloba objetos muito amplos, mas ao mesmo tempo há uma inflexão aí que é dada em relação a como a desigualdade, ou melhor, como a forma de entender desigualdade informa a composição do objeto e de seus métodos de apreensão e análise. Isso é uma espécie de deslocamento na forma de reflexão sobre o tema, porque ao invés de se falar em igualdade (talvez mais utópico ou mais difícil de apreender como realidade), fala-se em desigualdade. Isso do ponto de vista analítico e da perspectiva metodológica muda muito o objeto, porque um fato é se analisar sistema

de ensino a partir da ideia de uma busca de igualdade, e outro é entender o sistema de ensino e de como ele está reforçando desigualdades ou como ele está refletindo desigualdades. Quer dizer, o que está em jogo aqui é a ideia de desigualdade, não de igualdade. Todavia, não sei avaliar ainda o que isso pode significar realmente para a área ou sua produção acadêmica.

2 – Luísa Helena Marques de Fazio: Mas não seria essa desigualdade mais no sentido de buscar igualdade? De eliminar ou diminuir as desigualdades?

Ana Paula Hey: Depende, porque do ponto de vista analítico, se acreditamos que o grande passo da Sociologia é justamente desvelar a realidade, ou seja, do modo mais objetivo e sistemático possível, então como é que você informa todo um projeto de pesquisa com base em ver um aspecto? O que ele esconde de outro? Como até os índices usados podem mascarar certas nuances? Em longo prazo como levaremos, talvez, para essa problemática decorrente que é a igualdade? Isso acontece muito na questão relacionada, por exemplo, à raça, etnia e gênero. Investiga-se isso já como um objeto da desigualdade e como vamos chegar à busca da igualdade pelo mesmo procedimento? É possível? Parece sutil, parece correlato, mas às vezes não é assim tão evidente. Será que conseguiremos captar também os movimentos de resistência esmigalhados nos processos microssociais? Os grandes números relativos à desigualdade deixam brechas para abordagens alternativas? Como se concretiza isso do ponto de vista de pesquisas? Não quero dizer que as pesquisas estão certas ou erradas, mas que o cuidado com tendências tão marcantes fazem parte do nosso trabalho, sobretudo quando estamos sujeitos a construções oficiais e oficiosas de números e estatísticas. Então, eu acho que um grande marco da Sociologia da Educação é conseguir separar fenômenos, assuntos, questões a partir de como eles se comportam objetivamente. A Sociologia não quer especular, a Sociologia tem a grande função mesmo de descrever, de observar, de interpretar, de correlacionar fatores, de inquirir e de se aproximar o máximo possível da objetividade desses fenômenos envolvidos em torno da educação. Sociologia é reflexão e autorreflexão constante. Então acho que esse é um primeiro ponto.

3 – Luísa Helena Marques de Fazio: Essa questão que a senhora falou de dividir também acontece com a Sociologia do Direito. A Sociologia do Direito que é feita

nas faculdades de Direito e a Sociologia do Direito feita nas faculdades de Sociologia.

Ana Paula Hey: É interessante, porque quanto mais se discorre sobre interdisciplinaridade, que seria o grande foco, mais também o campo científico tenta reforçar suas fronteiras, porque é uma forma de preservação. Quanto vale, por exemplo, se estou falando do ponto de vista da Sociologia da Educação, então vale o que é falado do interior da Sociologia e não o que provém de outros espaços. Só que as coisas hoje são mais complexas - isso talvez aconteça também no âmbito da Sociologia do Direito, porque vai se tendo outros espaços que acabam se legitimando para produzir conhecimento na área da Sociologia. Por exemplo, na educação estão se constituindo outros espaços que visam analisar questões de escolaridade, políticas públicas para a área, formas de gestão educativas, entre outros, no âmbito das fundações, das Organizações Não Governamentais (ONGs), dos institutos *Think Tanks*, que é o que eu tenho estudado um pouco mais de perto. Novos ambientes não necessariamente só no tocante à educação, mas que vão, na verdade, se interpondo entre aquilo que antes tinha a mão do Estado, como principal financiador e propulsor de pesquisas, basicamente tanto do ponto de vista da organização do sistema quanto de sua interpretação. Ou seja, em relação à Sociologia vai se tendo esses institutos criando também formas de interpretação, fazendo diagnósticos, modelos interpretativos e produzindo dados. Então, se antes os dados forçosamente eram produzidos pelo próprio governo – nesse aspecto vivenciou-se um ganho muito grande nesses últimos anos com a reorganização de instituições e a regularidade de produção de informações, sobretudo o Inep, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) -, hoje eles provêm de fontes múltiplas, nacionais e internacionais, com direção política nem sempre evidente. Isso para a Sociologia da Educação é um caldo extremamente forte de possibilidades de análise, da criação de métodos a partir desses dados, mas também de incerteza. Passamos a ter agora o setor privado produzindo esses dados, às vezes para dar retorno para o setor público, às vezes para interferir na produção das políticas públicas, ou seja, temos um ambiente muito mais ampliado tanto do ângulo da produção dessas interpretações quanto da produção de dados e isso de certa forma vai interferir no tipo de produção de conhecimento da área. E isto nós já estamos vivenciando. Não

se tem mais simplesmente rupturas do ponto de vista institucional, se é faculdade de Educação, se é departamento de Sociologia. Temos do ponto de vista desse conhecimento acadêmico, se está sendo produzido no interior da universidade, ou seja, com os métodos típicos da universidade, da produção científica, ou se está sendo produzido em outras esferas, entre elas as não estatais, as transnacionais, posto que não são nem instituições nacionais.

4 – Luísa Helena Marques de Fazio: A própria Organização das Nações Unidas (ONU) também?

Ana Paula Hey: Temos a ONU, a UNESCO, e tantas outras, mas não diretamente, sempre via essas instituições ou fundações. Têm-se os institutos *think tanks*, que tendem a ser muito fortes justamente porque fazem essa ponte: agregam profissionais muito bem qualificados, profissionais jovens, geralmente muito internacionalizados, todos eles com trajetórias desde a própria graduação, passando pelo mestrado e doutorado no exterior, que são “cooptados” por esses institutos, e fornecem uma espécie de tipo ideal que materializa ou formata um pouco essa relação distanciada do Estado. Assim, hoje é difícil a Sociologia da Educação não ter o Estado como um grande centro, uma vez que todos os objetos, ou seja, os fenômenos que dizem respeito à educação, perpassam o modo como o Estado está configurado, como o Estado está organizado, que visão que se tem de Estado, as divisões que o próprio Estado perpetua do ponto de vista social... Então é difícil não ter essa interface com Estado, direta ou indiretamente. Quando se está analisando esses institutos *Think Tanks*, por exemplo, o interesse é analisar como eles estão querendo constituir uma espécie de espaço paraestatal ou supraestatal, e isso também é objeto da Sociologia da Educação. Perceba que no nosso levantamento constam desde questões ligadas à desigualdade: desigualdade do ponto de vista do sistema, a inflexão de classes relacionada à como elas são refletidas no sistema, ou como que as classes refletem as diferenças educacionais, ou como as diferenças educacionais estão refletidas nas discussões de classe. Temos a questão da organização do próprio sistema, ou seja, são vários tópicos que vão se sobrepondo, mas o grande foco da Sociologia da Educação é entender o que tem de pano de fundo. Como determinadas relações estão refletindo justamente essas questões de

desigualdade via mão do Estado ou via interposição de outros organismos ou instituições no próprio Estado. Acho que tem questões aí bastante complexas.

Nesse último levantamento que fizemos o grande paradigma foi o processo de universalização da Educação Básica (a quase universalização na oferta do sistema educacional no que diz respeito até os 14 anos de idade). Isso acontece justamente no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 e propiciou uma renovação de alguns temas ligados à Sociologia da Educação, simplesmente porque esse grande contingente está no interior do sistema. Mas qual o significado disso em relação à perpetuação da desigualdade ou à busca da igualdade? O levantamento realizado refletiu muito sobre isso. Porque foi possível constatar como os temas passaram a se voltar, a partir dessa prerrogativa de universalização, para o interior do sistema, das escolas e das relações ali estabelecidas, só que isso não aconteceu no âmbito do ensino médio, não aconteceu no campo da universidade. O que significa que mesmo o paradigma da universalização, que de certa forma baseia os estudos da Sociologia da Educação voltados ao ensino fundamental, não é a mesma perspectiva que vai pautar a Sociologia voltada ao ensino médio e ao ensino superior. O superior está longe da universalização, pois se tem na coorte correta, que é de 18 a 24 anos, 20% mais ou menos da população que está no interior do sistema de ensino, não é? Isso em um processo de diversificação muito grande.

5 – Luísa Helena Marques de Fazio: Qual seria o valor adequado? Uma porcentagem? Porque nem todos querem cursar o ensino superior.

Ana Paula Hey: É muito arriscado afirmar qual seria a porcentagem adequada de estudantes de 18 a 24 anos que deveriam estar no interior do sistema de educação superior no Brasil. Porque uma coisa é se pensar em termos internacionais, por exemplo os Estados Unidos, que apresentam índices muito elevados, mas em uma diversificação muito grande, não quer dizer que eles estejam todos no interior do que se chama de “universidade”, eles estão no ensino pós-secundário, mas não necessariamente universitário. Observa-se isso acontecendo na Europa também, ou seja, no interior da educação superior o processo de diversificação institucional: há universidades, centros universitários, faculdades, que oferecem desde os cursos de alto prestígio até os de tecnólogo, que são pós-secundários, o que quebra aquela visão tradicional que se tem de ensino superior como palco dos cursos nobres e que

agregam alto valor social ao diploma. Há um jogo social muito complexo quando se fala em educação superior, pois é um embate de quanto vale cursar universidade. Tendo a crer que o processo de ampliação da educação superior que vivenciamos a partir dos anos 2000, mais especificamente a partir de 2004, os números começam a ser bastante significativos, mudam algo muito importante, que é o valor simbólico de estudar, de quanto vale, para diferentes grupos sociais, entrar na universidade. Para grupos de elite entrar na universidade é o percurso habitual...

6 – Luísa Helena Marques de Fazio: Uma decorrência lógica, não é?

Ana Paula Hey: Sim, porque é inimaginável para grupos de elite não cursarem a universidade, o que muda é o processo de escolha de qual universidade. O que varia é ir para qual país para estudar, porque as elites prescindem do Sistema Nacional de Educação, pois podem ir para qualquer lugar do mundo para estudar, há algum tempo já fazem isso. As 'elites' não estão na Universidade de São Paulo (USP) estudando, não estão na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), não estão na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pois se direcionam para universidades fora do Brasil! O que altera é se irão para os Estados Unidos ou para a Inglaterra ou para a Alemanha... Isso vai depender muito da composição do capital econômico e cultural desses grupos de elite para saber para onde eles irão mandar seus filhos etc. Ou seja, isso já é fato para nós, a Sociologia da Educação já demonstrou isso. O ponto fulcral, na verdade, nesse grande processo de ampliação do sistema de educação superior no Brasil nesses últimos tempos, reside justamente na corrida pelas instituições. Assim, observa-se o acirramento da competição em relação a determinadas instituições. Ou são públicas ou certas instituições privadas que entram nessa corrida para alguns grupos sociais., Por exemplo, aqui em São Paulo frações de elite não vão correr para entrar na USP, pois o processo mais legítimo para eles em termos de formação educacional é para ingressar em universidades como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou o INSPER, porque são muito mais interessantes do ponto de vista de estratégias de reprodução e de acúmulo de capital social do que entrar na USP, aonde lá "a mistura é maior". E essa mistura já acontece há muito tempo. O que é essa mistura? São os diferentes grupos sociais sendo representados no interior da instituição. Temos desde grupos de elite, esses que não vão para fora do Brasil e que estão concorrendo pela USP,

mas também frações de classes populares, que conseguem terminar sua escolaridade, e classes médias, que estão investindo no sistema de ensino. Então, nas classes médias a corrida se acirra. Se acirrando a corrida pelas universidades públicas no interior das classes médias, aparecem também os conflitos ligados a gênero, os conflitos ligados à raça emergindo, porque temos grupos de classe média que vão dizer assim: “não, não é justo que a gente estude para depois ter que abrir mão da nossa vaga por causa das cotas, seja cotas socioeconômicas seja cotas raciais, porque na verdade o que deve valer é o mérito.” Então temos várias questões que vão se agregando, justamente porque, de certa forma, socialmente se criou uma disputa maior pela própria universidade. O que é muito importante. Agora, é preciso lembrar sempre que no Brasil isso ainda atinge a percentuais muito pequenos da população e que estamos falando de grupos sociais que são alguns sobre-representados, outros sub-representados na educação superior. De modo muito rápido e superficial para exemplificar, temos no interior da educação superior divisões que se tornam marcadas: negros e mulheres indo para determinados cursos e para determinadas instituições. Tendencialmente, posso observar que negros estão indo para instituições de menor prestígio (públicas ou privadas) e para cursos de menor prestígio enquanto brancos tendem a ir a universidades de maior prestígio e, no interior delas, para cursos de maior prestígio. Mulheres brancas dirigem-se a cursos de maior prestígio no Brasil ao passo que homens brancos ingressam em instituições estrangeiras. Mulheres negras tendem a ingressar mais na universidade que homens negros... Vamos identificando aqui correlações muito mais fortes do que simplesmente separar universidade pública de universidade privada, curso mais legítimo com curso menos legítimo, curso de maior consagração com curso de menor consagração. O universo é muito mais intrincado hoje e necessariamente as pesquisas precisam ser mais sensíveis a essa complexidade. Aí que é interessante, porque a Sociologia da Educação passa a ter que recorrer também a métodos, sobretudo quantitativos, muito mais sofisticados, a formas de análise de dados muito mais refinadas e isso profissionaliza a disciplina, o que é bastante significativo. Ainda do ponto de vista da disciplina científica, ao se profissionalizar ela passa a fazer interface também com outras áreas, como a economia e o direito. Então, na minha análise, tem-se um universo mais complexo do ponto de vista educacional que impulsiona a forma de construir os objetos da

Sociologia da Educação e de seus métodos. Tudo isso para mostrar que é difícil se pensar num índice adequado de quantos devem cursar o ensino superior no país. Todavia, nosso percentual precisa aumentar significativamente, desde que acompanhado do atendimento a grupos sociais alijados até o momento da frequência a esse nível de formação.

7 – Luísa Helena Marques de Fazio: Você tinha falado que para a elite é uma decorrência lógica e para as classes mais pobres, por assim dizer, seria uma conquista?

Ana Paula Hey: Aí entramos na esfera dos direitos. Agora, a grande esfera dos direitos ainda, por incrível que pareça, no âmbito da educação é se garantir a educação infantil e a educação básica, ou seja, que inclua desde os primeiros anos de vida, passando pelo ensino fundamental até o final do ensino médio, de boa qualidade e que permita a instrumentalização adequada para que todos possam concorrer à universidade, para que todos possam ter uma trajetória escolar mais longa. Isso não é só sistema educacional. Na verdade, é sistema educacional ao lado da esfera dos direitos. Daí vale recuperar toda a ideia de se garantir os direitos sociais que foram objeto de reivindicação lá no espectro da Constituição de 1988 (para não se ir mais longe), que isso realmente se faça valer, mas talvez vinculado à perspectiva de que se precisa ter um sistema de ensino que contemple, de fato, todos os grupos sociais. Contemplar a todos os grupos sociais não é simplesmente universalizar do ponto de vista da quantidade, ou seja, colocar as pessoas no interior do sistema de ensino; acima de tudo é garantir outras estratégias para grupos sociais com menores condições econômicas e culturais de terem acesso a modos diversificados de ampliar essa instrumentalização cultural. Não é só escola. Como posso pensar numa escola que está na periferia de São Paulo, portanto sujeita a conflitos provenientes de desigualdades econômicas, sociais, culturais, de gênero, de raça, que basta uma escola bem organizada e com uma gestão adequada para tudo se resolver? Só indo para a escola, a escola não dá conta! Ou seja, precisamos, ao lado da escola, de todo um aparato que auxilie o trabalho nesse espaço: de centros culturais, de centros que deem suporte à inclusão digital, de esporte, de lazer, de serviços de aconselhamento profissional e de atendimento à saúde. Não dá para ficar delegando, porque isso a política pública acaba fazendo...

vende-se a ideia de que ao colocar todo mundo na escola o problema econômico estará resolvido, ao colocar todo mundo na escola o desenvolvimento do Brasil estará garantido. Aumentamos muitos dos nossos índices de medida, nossos IDHs, de quanto a educação no Brasil melhorou... mas isso tem poder limitado, não dá certo isso, porque de novo se está criando a ilusão em torno da educação, que só a educação salva, só a educação liberta, só a educação produz desenvolvimento. Não é isso, gente! A educação é um dos fatores, e acredito que ela precisa ser vista como fator forte de desenvolvimento, isso realmente acho que tem que ser retomado, mas isso a coloca na esfera dos direitos. Não pode ser uma reivindicação do acadêmico que está fazendo Sociologia da Educação, isso tem que ser uma reinvidicação de todos os grupos sociais, só que os grupos sociais menos privilegiados precisam ter minimamente um suporte, eu diria que até emocional, para ver isso como um direito. A ideia é de quanto vale a educação, como a sociedade a constrói como um valor... E isso é social, isso não é necessariamente do apologeta que faz política pública, não é simplesmente do analista, dos agentes do campo acadêmico, não é absolutamente do economista que está tornando a educação uma esfera de legitimidade porque é um promissor campo de trabalho. O economista tem que se voltar para analisar a educação, tem que se voltar para analisar a saúde, tem que se voltar para analisar a segurança, porque isso é uma forma dele atuar como profissional, mas é um pouco mais que isso. Eu acho que um pano de fundo aí é ver a educação a partir dos direitos. É o direito mesmo universal que precisa ser garantido, mas isso na esfera da cultura. Não é simplesmente no âmbito pragmático, não é na oferta do diploma. Diploma é necessário, o diploma é um instrumento, só que é necessário ao lado do diploma que ele tenha valor social. O valor social se dá no jogo social, se dá na luta entre as classes e frações de classe e de como elas vão fazer valer o diploma que elas adquirem. Nessa luta, por exemplo, diplomas na área de Ciências Humanas foram lá para baixo, porque nesse jogo social o que está valendo em termos de hierarquias é aquilo que vai dar maior legitimidade, não é claramente a forma de entender o mundo. Então esse aspecto dos índices, que percentagem da população da coorte correta entre 18 a 24 anos deveria estar no interior da universidade? Se pensar do ponto de vista social e dos direitos, diria que tem que ser 100%. Se pensar do ponto de vista de como criamos anseios em relação à educação, por que a aspiração nos grupos de elite para ingressar na

universidade é de 100% e nos grupos menos privilegiados, do ponto de vista econômico e cultural, é de 20%, 10% ou não é nem isso? Essa percentagem não pode ser simplesmente um índice, essa percentagem tem que refletir, necessariamente, primeiro: o sistema, o que ele proporciona do ponto de vista de ampliação de fato, ou seja, as vagas que realmente são ofertadas e a permanência que é garantida. Ou seja, como o sistema conforma uma escolaridade de longo prazo. Para se concretizar isso: a ideia de sistema educacional no Brasil é muito nova, é o entendimento de não se ter uma ruptura, de quebra entre quatro, oito, doze, 16 anos de escolaridade. Então essa noção de que o sistema deve comportar a criança desde que ela tenha três anos de idade, e mesmo antes disso, até ela concluir a universidade, essa ideia de sistema tem que se consolidar ainda. Quer dizer, a imagem de uma configuração do sistema é importante porque se cria o desejo, a expectativa de permanecer em um processo mais longo de escolaridade. Se, por exemplo, determino que a escolaridade obrigatória deva ser de quatro anos, para muitos grupos sociais serão somente estes quatro anos de frequência. Agora, se estabeleço que ela deva ser até terminar o ensino médio, perceba que gero uma espécie de passe social para muitos grupos que antes não tinham uma relação com essa escolaridade de longo prazo e não tinham nem a perspectiva de que aquele ambiente poderia ser também ocupado por eles. Então, se amplio e digo que a escolaridade obrigatória também envolve uma educação pós-secundária, seja ela universitária, tecnológica, de licenciatura, de bacharelado, o que for previsto como sistema, o que se estará ampliando, na verdade, é esse anseio para grupos sociais cada vez maiores. Anseio, expectativa, desejo não são objetos aqui da estrutura subjetiva individual, mas aquilo que é instigado socialmente, típico produto da socialização. Talvez esse seja nosso grande interesse do ponto de vista de demonstrar, por meio da Sociologia da Educação, o que o sistema é, o que ele comporta, como ele se divide, como reproduz determinadas divisões sociais. Acredito que essa demonstração, possível ao se fazer uma boa Sociologia da Educação, tem um fundo político e não se pode negar esse aspecto essencial que caracteriza a própria Sociologia. Esse campo científico, ao objetivar o mundo social, contribui para mostrar as suas divisões, mas também colabora na instrumentalização dos grupos sociais para refletirem acerca de como essas divisões podem ser modificadas. Não é o sociólogo que talvez deva fazer isso diretamente, mas ele

deve instrumentalizar a sociedade para que ela possa fazer. Procuo separar essa ideia do que o sociólogo pode fazer como profissional e o que política e socialmente podemos fazer com as ferramentas típicas da Sociologia. Não é eximir o sociólogo da sua função política, ou seja, ao analisar a realidade, ao objetivar essa realidade, ele está contribuindo para que ela possa ser adequadamente observada e refletida por todos os seus agentes, não somente pelo próprio analista. Acredito que tem esse aspecto.

8 – Luísa Helena Marques de Fazio: Faz cerca de dez anos que o ensino de Sociologia tornou-se disciplina obrigatória no ensino médio. Nesse processo o campo de atuação dos profissionais licenciados na área ampliou, tanto que as Universidades hoje ainda não conseguiram formar número suficiente de professores. Em sua opinião, essa demanda tem alterado ou ampliado as preocupações das investigações em Sociologia da Educação?

Ana Paula Hey: A questão da Sociologia da Educação e do ensino de Sociologia. Sou muito reticente em relação a essa junção, porque para mim são dois espaços diferentes. A Sociologia da Educação tem objetos próprios e tem métodos para isso; constitui uma área disciplinar, estabelecendo fronteiras em relação a objetos, quer dizer, o que é legítimo estudar do ponto de vista da Sociologia da Educação e quais métodos são mais adequados para isso, para dar conta do objeto. Agora, o ensino de Sociologia é uma área específica. Ao produzir Sociologia da Educação estou investigando os fenômenos educacionais, quais são esses fenômenos, quais são mais emergentes, quais são mais perenes, quais são mais conjunturais e tantas outras problemáticas. Quando me volto ao ensino de Sociologia, preocupo-me em como vou profissionalizar, instrumentalizar aquelas pessoas que serão professores. Então para mim são dois campos diferentes, com especificidades peculiares! Eu me envolvi nas discussões de ensino de Sociologia, porque quando entrei na USP criei um Laboratório de Ensino de Sociologia². Nesse laboratório tive experiências bem interessantes e pude comprovar como, em realidade, eram questões muito distintas: pensar nos objetos da Sociologia a serem ensinados e pensar na Sociologia da Educação como uma área. O ensino de Sociologia vai lidar com questões muito

² LES/USP, que disponibiliza conteúdos e atividades para professores do ensino médio com livre acesso pela *internet*.

específicas, em como nossos alunos vão ensinar os estudantes de ensino médio, os conteúdos relativos ao que seja democracia, o que é a representatividade política, o que é cultura ou o que são práticas culturais distintivas, e tantos outros. Quer dizer, como os alunos de Ciências Sociais se instrumentalizam para serem professores, da mesma forma que se equipam para serem analistas, para serem pesquisadores na área da Sociologia da Educação, eles vão se instrumentalizar para serem professores de Sociologia no ensino médio. Primeiramente, eles estão trabalhando com três áreas: com os objetos e os métodos da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia como um todo; estão trabalhando com todas as questões que envolvem a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia. Como eles transformam o conhecimento científico – esse é o grande desafio no ensino de Sociologia - em conhecimento escolar. Esse é o principal confronto do matemático, do físico, do biólogo... Como transformar esses conhecimentos científicos em conhecimento escolar? Como desenvolver, por exemplo, a sensibilidade, a habilidade necessária para distinguir que o mesmo texto estudado por um aluno de graduação pode ou não ser o mesmo para um aluno do ensino médio, que tem entre 15, 16, 17 anos, que ainda não tem as funções cognitivas relativas à abstração exigida para entender determinados conceitos típicos da Sociologia. O conceito de classe social, como sabemos, exige muita abstração. Porque não é simplesmente mostrar a classe social num gráfico ou numa relação ligeira, pois envolve a história da construção de teorias explicativas e métodos demonstrativos. Repito: para mim são duas questões diferentes. Agora, foi extremamente positivo o ensino de Sociologia ter voltado à tona. Primeiramente, todas as polêmicas que o ensino de Sociologia gerou ao se instituir no ensino médio fortaleceram, em grande medida, as discussões no interior dos departamentos de Sociologia em direção à própria Sociologia, para analisarem como se ensina as pessoas a discutirem Sociologia, ou a ensinarem Sociologia. Então foi extremamente frutífero, porque colocou na seara dos departamentos de Sociologia uma discussão que, de algum modo, tinha se perdido, porque tinha sido confinada às faculdades de Educação, estas sim responsáveis de fato na formação pedagógica do professor. Acredito que mexeu um pouco com os departamentos de Sociologia, mas mexeu pouco, não o suficiente. Porque ainda se continua nesse conflito de quem que deve ensinar o professor de Sociologia, se é a faculdade de educação, se é o departamento de Sociologia. Acho que, não posso afirmar isso

categoricamente, as grandes instituições criaram no interior dos departamentos de Sociologia laboratórios de ensino, e isso foi interessante porque acabou envolvendo mais professores na área. Então, não é só ao professor de Sociologia da Educação a delegação de ser professor de ensino de Sociologia.

9 – Luísa Helena Marques de Fazio: As disciplinas de licenciatura não dão conta?

Ana Paula Hey: Veja bem, as disciplinas de licenciatura, aí eu estou tomando a USP como parâmetro, mas eu acho que é um pouco do que se tem do ponto de vista nacional, as disciplinas pedagógicas voltadas à profissionalização do professor são dadas nas faculdades de educação que, na maioria das instituições, são separadas das faculdades que abrigam os cursos de ciências sociais. Em novas instituições e também em novos cursos que foram criados é que se tem a junção entre o que seriam as disciplinas pedagógicas junto com as disciplinas de formação profissional do cientista social, ou em cursos recém-criados, que são somente de licenciatura. Por exemplo, na USP o curso de bacharelado em Ciências Sociais é na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mas ele se torna licenciado em Sociologia na Faculdade de Educação. No departamento de Sociologia lecionamos somente algumas disciplinas da licenciatura: a própria disciplina de Sociologia da Educação (obrigatória), o estágio supervisionado e algumas atividades distribuídas ao longo do curso que os ajudam na formação pedagógica. Mas a grande base mesmo ainda continua sendo na faculdade de Educação. Por isso reafirmo que tratar de Sociologia da Educação envolve uma especificidade e tratar do ensino de Sociologia envolve outra. É interessante porque, como falei anteriormente, a discussão do ensino de Sociologia, de certa forma, fez com que a Sociologia da Educação até se mexesse um pouco, acredito que gerou um movimento para explicar: “olha, são coisas diferentes!”. E para dizer que são coisas diferentes precisam-se distinguir as competências.

10 – Luísa Helena Marques de Fazio: A educação há muito é analisada como um campo onde projetos políticos disputam os rumos da sociedade. Diversos atores atuam sobre esse campo. Nesse sentido, como a senhora avalia o impacto que as mudanças ideológicas no âmbito do governo federal podem trazer sobre as políticas curriculares da educação nacional?

Ana Paula Hey: De certa forma eu tentei esboçar isso antes, pois é a ideia de que as arenas que buscam analisar a educação se ampliaram. Se antes podia ser pensado que se era dependente ou dos próprios órgãos estatais para pensar a educação ou da própria universidade, hoje são visíveis arenas que não estão nem no interior da universidade e que também não são estatais. Ainda, não estão simplesmente pensando a educação, pois estão produzindo mecanismos de análise, de produção de diagnósticos, de dados sobre o sistema, de formas de intervenção. Ou seja, são instituições que estão produzindo modelos analíticos, produzindo diagnósticos, formas de intervenção, então isso tudo é bastante complexo. A ideia de se pensar a educação como um objeto de disputa não é um aspecto novo. A educação quando vai se instituindo e se universalizando como direito passa a exigir a organização de nossos sistemas nacionais – essa é a base das análises iniciais da própria Sociologia da Educação na Europa, as discussões de como organizamos os sistemas nacionais atendendo às mudanças ocorridas ou em curso no âmbito da sociedade e o porquê de formar as novas gerações, seja do ponto de vista da reprodução da cultura, da produção econômica, seja do ponto de vista da reprodução social, do desenvolvimento científico etc. Criou-se uma arena de disputa política em torno de quem vai dar a palavra de como organizar o sistema. Então nós temos a disputa tanto do ponto de vista do acadêmico que, claro, é legítimo para fazer suas pesquisas e auxiliar nessa definição de princípios da educação, ou de modo mais preciso, da escolaridade de modo mais geral e as implicações daí decorrentes. Aqui se tem a inflexão com o próprio Estado, a partir dos organismos do Estado responsáveis pela escolarização, mas hoje temos a inflexão a partir de outros setores que estão se organizando e que não são estatais, não são universitários, reconfigurando a forma de pensar o próprio sistema educacional e a escolaridade. Então temos uma arena de disputa hoje muito maior, a educação constituindo um objeto de disputas. Por que isso em grande medida? Porque cada vez mais prevalece a ideia do conhecimento, da necessidade de um conhecimento especializado para orientar as políticas públicas. Então, quanto mais se tem a vinculação entre produzir políticas públicas a partir de um conhecimento específico aumenta-se esse espaço de disputa, porque não vai ser o político que vai poder falar de educação, ele terá que ser assessorado. E por quem? É aí que se ampliam estes espaços de disputa. Normalmente, o campo político vai ser assessorado pelos

próprios órgãos que já existem do Estado. Tem-se o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a Secretaria da Educação Superior, o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência e Tecnologia... São esses órgãos estatais que vão assessorar o político e alimentar a própria estrutura burocrática, a partir do organograma que eles têm, comportando áreas especializadas, com técnicos e experts. Mas essa estrutura comporta ainda assessorar comissões responsáveis por alterações de diversas ordens no que envolve a escolaridade – pública ou privada, em todos os níveis de ensino, desde a divisão dos anos escolares até conteúdos e formas de gestão dos sistemas. Aí se recorre a outros atores, sejam acadêmicos, *experts*, *lobbyistas*, representantes de fundações, ONGs, entre outros. Atualmente, as pressões para a produção dessas políticas tende a agregar novos atores provenientes da esfera privada. Essa seara tende a ser cada vez mais complexa. A legitimação desses ambientes de produção de conhecimento especializado também se complexificam. Veja bem, a tendência é sair da esfera nacional para a transnacional, ou seja, dos grandes organismos internacionais, que colocam em cheque o próprio poder do estado nacional em legislar nas coisas da educação. A partir do momento em que começamos a pensar que a educação tem que ser modificada segundo índices que medem a eficácia da oferta educacional (incluindo desde o atendimento às demandas até o conteúdo incorporado), e esses índices são internacionais, vamos para o jogo do transnacional. Ou seja, é esse transnacional que passa a produzir também o conhecimento especializado, a produzir tais índices, visando influenciar a produção de políticas públicas. Veja bem, temos um ambiente muito mais complexo do ponto de vista de quem vai influenciar a produção de política pública. Assim ultrapassamos tanto a esfera estatal como a universitária, ultrapassamos também esses institutos que são nacionais, porque se amplia cada vez mais, na verdade, quem se torna legítimo para falar de educação. Tem-se uma parte da pergunta relativa à qual é o impacto que as mudanças ideológicas no âmbito do governo federal podem trazer sobre as políticas curriculares da Educação Nacional? Veja bem, temos que entender isso do ponto de vista de mudanças da formulação das políticas para a área: quanto essas mudanças ideológicas vão impactar na produção de políticas. Se tivermos uma forma autoritária de ver o Estado, ou seja, “eu vou lá, eu faço”, “eu não preciso de Congresso Nacional, não preciso de nada disso para fazer uma política”,

“eu não preciso dos próprios órgãos estatais para fazer a política”, o impacto vai ser direto se tivermos esse tipo de configuração política. Agora, se continuarmos com o mesmo tipo de configuração, existindo arenas de discussão das políticas educacionais tanto estatais quanto não estatais, havendo uma correlação de forças para influenciar a produção de políticas, esse efeito ideológico pode não ser tão direto assim. É um momento muito perigoso, porque esses movimentos, escola sem partido, universidade sem partido, estão aí... toda essa ideia desses intelectuais de direita que colocam em risco, por exemplo, a própria Sociologia ou a própria legitimidade da Sociologia, isso é muito perigoso! Agora, como isso vai se concretizar do ponto de vista desses formuladores de política é uma incerteza, isso a ainda não sei. Eu não consigo ser tão maquiavélica no sentido de dizer: “não, a gente vai ser movido por toda ideologia” ou seu oposto “que a gente vai conseguir eximir completamente a ideologia”. Esse embate já está acontecendo, pois em pesquisas em que analisei a produção de determinadas políticas públicas, pude verificar essas várias arenas em funcionamento e, sobretudo, a disputa simbólica em torno da definição legítima da própria política. Prefiro pensar em disputa simbólica ao invés de ideologia, pois acredito ser uma noção mais precisa para definir ações e não somente representações do mundo social. Então, vejo as arenas empresariais, com o setor produtivo e o setor financeiro, as arenas sociais, por exemplo, os vários movimentos sociais, religiosos, populares, do campo... As ações de base estão tentando influenciar essas políticas. Isso faz parte da Democracia, esses vários setores de certa forma se digladiando, porque é uma luta de força. Agora, tem-se o Estado sendo dominado por um lado dessa luta de forças, que é, nesse momento, o grande empresariado financeiro, ou seja, todo o setor das finanças que hoje é predominante. Então, tem-se o risco deles poderem instrumentalizar a educação. Mas isso não é uma coisa de hoje. Se lembrarmos da discussão de educação dos anos 1950, 1960, observa-se como o empresariado nacional, por exemplo, cria ou tenta fomentar um setor educacional para eles, o chamado “Sistema S”, com a ênfase no ensino técnico. Também se discutiu essa ideia: se estão instrumentalizando ou ideologizando a educação. Porque a ideologia do empresariado permeia o sistema de ensino brasileiro, buscando adequar a educação ao sistema produtivo vigente, influenciando essa arena de disputa. Acredito que a educação necessariamente seja um objeto de disputa. Ela é objeto

de disputa no interior mesmo da própria Sociologia, ou melhor, entre os próprios acadêmicos. Em minha tese analisei a educação superior como um campo, que na verdade culminou nessa ideia do próprio campo na acepção bourdieusiana. A rigor queria saber o que se produzia sobre educação superior no Brasil como uma tomada de posição. Ao desenvolver a tese, fui objetivando este espaço e constatando que, de fato, o grande conflito era político, porque segundo o envolvimento dos acadêmicos com um partido político ou com outro havia a produção diferenciada de pesquisas ou discursos acerca da educação superior. Às vezes eram até correlatos, mas o ponto que se evidenciou foi a disputa entre quem conseguiria influenciar a produção da política pública. E trabalhei somente na esfera do acadêmico, nem abordei outras, como as esferas empresarial e sindical, ou de outros grupos. Hoje emergem os institutos, como os *Think Tanks*, as fundações, que são compostos por muitos acadêmicos, que saem do ambiente universitário e vão para essas instituições geralmente ligadas ao setor financeiro, por exemplo, Instituto Unibanco, Itaú Social, Fundação Bradesco etc. Surgem justamente com elas novos atores especializados em educação. Eles vêm da área de Economia, da Sociologia, da Administração, e se especializam nas questões educacionais geralmente fora do Brasil, desenvolvendo trabalhos de diagnóstico e de modelos de intervenção. Tudo isso para dizer que o espaço está bem maior e mais complexo... e a questão ideológica é sempre muito complicada porque refere-se a um sistema simbólico. Que ideologia vai valer num determinado momento ou que sistema simbólico, na verdade, vai prevalecer para se entender a educação e a escolaridade a partir desse sistema simbólico. O sistema simbólico, para mim, diz respeito a como vejo as divisões sociais, como entendo as classificações sociais, se aceito a diferença entre pobre e rico como natural, se percebo ou não a precariedade que envolve o trabalhador pobre, sujeito aos empregos mais instáveis, ao estilo de vida mais restrito e à privação no acesso aos bens culturais e econômicos. É um sistema simbólico que está em jogo. Agora, se vejo a desigualdade como algo que não é natural, talvez busque combater essa desigualdade. A ideologia vai compor esse sistema simbólico, se acho que os ricos valem mais, os pobres valem menos; os ricos são mais inteligentes, os pobres são mais limitados, que é geralmente o que se tem internalizado e naturalizado na sociedade brasileira, tende-se a reproduzir isso como constituinte do mundo. Por que fazer sistema de ensino para pobres se eles

são menos capazes? Por que esperar que eles estudem mais? Não, eles não querem estudar. Criam-se sistemas para justificar a diferença, veja bem, isso é uma criação social. O problema reside justamente aí: como que esses, digamos assim, “setores de direita” – pois é muito complexo usar essa denominação – forjam um sistema simbólico para exatamente justificar essas divisões que foram construídas socialmente. Aquilo inscrito no senso comum, mas que significa um modo de ver as divisões dominantes, por exemplo, de que o negro não pode ser executivo. Tem que ser aquele que põe a mão na massa, não aquele que dá as ordens! Se naturalizo isso do ponto de vista societário, isso formata um sistema simbólico. Acredito que uma grande luta, do ponto de vista científico, é cada vez mais demonstrar esses sistemas simbólicos. Este é o foco do meu trabalho, tentando demonstrar esses sistemas simbólicos, como são construídos, como são constituídos a partir de uma luta social entre grupos em que prevalece uma visão de mundo e não outra e que é na luta que essa visão de mundo pode ser modificada. Se minha visão de mundo permite dizer: o sistema de ensino tem que ser universal até tal ano de idade. Simbolicamente passo a ver a necessidade das pessoas se escolarizarem até os 10, 14, 15 ou 20 anos. As classes médias que investem na escolarização de longo prazo dos filhos não querem que eles aos 18 anos trabalhem, pois garantir a profissionalização, a formação pode dar mais retorno futuro. O índice da Organização Mundial da Saúde diz que jovem é aquele até 29 anos, ainda não considerado adulto. Porém, isso vale para determinados grupos sociais, porque o rapaz de periferia com 14, 15 anos, muitas vezes já é arrimo de família. Ele não é mais jovem, porque não pode depender de alguém para o seu sustento, para poder estudar, para ampliar sua formação profissional, ele é o adulto. Por outro lado, tem os jovens com 29 anos, sustentados pela família, fazendo mestrado, doutorado, MBA (*Master of Business Administration*) fora do Brasil, porque isso é um tipo de investimento, mas que posterga a entrada na vida adulta – no sentido econômico e subjetivo. Então, tem-se um sistema simbólico que naturaliza essas divisões. É a forma como eu vejo o mundo, é a forma como eu vejo essas divisões e todo processo de legitimação que decorre daí. A mídia é um ator que hoje atua, e não de hoje, de modo muito forte, muito relevante na produção desse sistema simbólico. A mídia determina eleições, determina escolhas. Ou seja, esses sistemas simbólicos envolvem a mídia, referem-se a como o estado corrobora esse sistema simbólico

legitimando suas divisões, o papel validador do sistema de ensino. Tem-se a religião que sempre fez e continua fazendo esse papel de produção desse sistema simbólico, é bastante complexo. Não posso dizer que as mudanças nesses sistemas simbólicos vão ocorrer simplesmente porque vai se ensinar Sociologia na escola, pois há outros espaços concorrendo nesse mecanismo. Temos a mídia concorrendo com a educação e a religião, mas o inverso também, a educação concorrendo com a religião e a mídia... Temos correlações um pouco mais complexas, mas acredito que o papel hoje de quem faz Sociologia e, sobretudo, quem trabalha com educação, porque ela faz parte dessa estrutura simbólica, é justamente revelar como esses sistemas simbólicos estão atuando, criando a nossa visão de mundo. Se uma pessoa estudou a vida inteira no Colégio Militar, poderá ser um anarquista? A grande probabilidade é que não! Veja bem, a estrutura centrada na ideia de disciplina, padrão comportamental, modelo, separação hierárquica rígida entre quem domina quem, atua na formatação de todo um sistema cognitivo. O sistema repressor do Estado encarnado nas forças armadas representa a ideia do oficial. E ele goza de legitimidade. Isso é um sistema cognitivo que está sendo formado a partir das relações travadas nesse espaço social. Nas sociedades contemporâneas, o grande paradigma é que nosso sistema simbólico é, em grande medida, formado justamente pela mão do Estado, posto ser ele o responsável por organizar o sistema de ensino. Estamos sujeitos a esse sistema de ensino mesmo quando não estamos nele, porque a exclusão nega esse pertencimento e corrobora para individualizar fracassos que são sociais.

11 – Luísa Helena Marques de Fazio: No contexto atual das graduações no Brasil, qual o papel e o espaço que a Sociologia da Educação tem ou deveria ter?

Ana Paula Hey: Se pensarmos em uma graduação na área de ciências humanas, a Sociologia da Educação seria básica. Porque a educação faz parte da estrutura e tem efeito de estrutura. Ao mesmo tempo em que a partir da educação criamos os novos seres sociais, esses só se tornam seres sociais a partir dessa relação com a educação, então ela tem efeito de estrutura. Da mesma forma que temos uma estrutura que é dada, determinada pela cultura, ou seja, todas nossas formas de relações, de comunicação etc, a educação integra esse sistema de cultura. Assim, ela tem que ser necessariamente básica em todos os cursos de humanas, além do

mais nas sociedades contemporâneas, como estava falando na pergunta anterior, ninguém passa incólume ao sistema educacional, a um processo de socialização que é dependente de uma forma e organização específicas, materializado na escola, no sistema de ensino, no processo de formação. Precisamos nos instrumentalizar como seres sociais e a educação atua nesse domínio, claro ao lado de outros espaços formadores/formatadores. Acredito, assim, que os cursos de graduação poderiam ter a Sociologia da Educação como base. O médico deveria ter noções mínimas de socialização, de grupos sociais, de diferenças na apropriação da cultura e no manejo de informações conforme os grupos sociais. O engenheiro poderia saber disso. O sistema de gosto que orienta escolhas práticas, estéticas, econômicas, éticas envolve um processo de socialização em ambiente tipicamente escolar. Foi um pouco a pretensão, talvez, com a criação da Faculdade de Filosofia da USP, em 1934, em que a Filosofia era a base de todos os cursos. Diria que hoje, evidentemente é a minha área, a Sociologia deveria ser o alicerce de todos os cursos. Ah, sei que é utópico!

12 – Luísa Helena Marques de Fazio: Quais as perspectivas que a senhora tem sobre o papel que a Sociologia da Educação deve desempenhar no projeto de sociedade brasileira para a próxima década e quais as principais limitações para isso?

Ana Paula Hey: Eu vou retomar de certa forma e reforçar um pouco essa ideia de que a educação diz respeito a todo nosso sistema simbólico. Acredito que se a Sociologia da Educação tem alguma coisa a contribuir – e tem muito - reside na produção de conhecimento que possa revelar o próprio sentido, o significado mesmo desse sistema simbólico. As divisões e visões de mundo, as classificações, os condicionantes de nossas pretensões e expectativas. Se a Sociologia da Educação tem que desempenhar um papel nesse projeto de sociedade brasileira, ela precisa direcionar seus esforços científicos para demonstrar objetivamente o sistema simbólico que corporifica todas as nossas relações. O que posso querer exigir das próprias relações sociais? Da sociedade? A Sociologia da Educação ao tentar demonstrar essas classificações, que foram construídas e naturalizadas, revela também seus princípios de desconstrução. Na verdade, tento mostrar que esse olhar sobre o mundo é um olhar informado, que comporta um ‘choque’ com outras formas

de ver o mundo, advindas da mídia, das redes sociais, do uso da tecnologia. Quer dizer, as pessoas não se relacionam mais no *face to face*, as pessoas se relacionam por meio de um dispositivo: o celular, as redes sociais, ou outro dispositivo qualquer. Entender esse novo sistema simbólico permeado pela tecnologia ou pela subordinação à tecnologia tende a colocar um desafio à Sociologia da Educação. Ou seja, as relações sociais estão sendo intermediadas por alguma coisa, e essa alguma coisa é uma construção. Qual é o sentido da tecnologia se interpondo nas relações sociais? Veja bem, acho que se a Sociologia da Educação tem um desafio, ele consiste em trabalhar desvelando esse sistema simbólico e isso é trabalho cotidiano. Além disso, em uma perspectiva da Sociologia da Educação contribuir num projeto de sociedade brasileira, significa que ela deve necessariamente agir no âmbito da cultura. Ou seja, ela tem que atuar, talvez primeiramente, para deixar que a educação seja vista simplesmente como uma variável, isto é, relativa somente ao nível educacional, a quanto se estudou. A educação é muito mais que isso, daí a necessidade dela ser tomada como um dado estrutural: é causa e efeito de desigualdades, ela é causa e efeito de uma visão política de mundo. Neste sentido, tem-se que retomar a ideia da Sociologia da Educação no que chamo aqui de “chave da cultura”, vendo o “entranhamento” da educação na estrutura geral da distribuição dos bens materiais e simbólicos. Creio que esse é o papel forte da Sociologia da Educação, ou seja, não é simplesmente produzir conhecimento que leve à reivindicação de mais escolas, mais escolaridade, mais tempo de escolarização, mais oportunidade, mas como a sociedade significa e dá sentido à educação como elemento definidor da cultura contemporânea. Aí sim se está elegendo a Sociologia da Educação a alguma coisa. Para finalizar, reforço a ideia também de entender o quanto vale a educação na estrutura simbólica, ou seja, a partir da sua estrutura objetiva, com diferenças, com clivagens. Ainda, de como ela atua na produção dos modos de agir, ver e perceber a economia, a política, a igualdade, isso é entendê-la no âmbito da cultura. Então, pensar numa Sociologia da Educação, sobretudo em sua produção acadêmica, exige refletir acerca desses aspectos. Até para não reduzir a Sociologia da Educação, como já está acontecendo, à análise de índices, de dados econométricos e de diagnósticos, próxima a uma Sociologia de cunho economicista. Esta não seria a Sociologia da

Educação que privilegia esse arcabouço mais amplo centrado no sistema simbólico aqui esboçado.

Correspondência:

Luísa Helena Marques de Fazio. Mestre em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP). Bacharel em Direito (PUC-Campinas) e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Advogada orientadora e Professora Titular na Universidade Paulista em São José do Rio Preto - *campus* JK (UNIP). São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: luisahelenamarques@gmail.com

Ana Paula Hey. Pós-doutora em Sociologia pelo *King's College London* e pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em Sociologia da Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), com estágio de pesquisa na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris/França. Professora Doutora de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: anahey@usp.br

Recebido em: 23 de outubro de 2018.

Aprovado em: 30 de outubro de 2018.

Link: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/3376/2415>